



Modalidade do trabalho: Ensaio teórico  
Evento: XVIII Jornada de Pesquisa

## EDUCAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL<sup>1</sup>

**Neide Ribas Da Luz Scarparo Cunha<sup>2</sup>, Sandra Beatriz Vicenci Fernandes<sup>3</sup>, Edite Flora Sabbi Porciuncula<sup>4</sup>, Lisandre De Oliveira<sup>5</sup>.**

<sup>1</sup> Trabalho desenvolvido na disciplina Desenvolvimento e Meio Ambiente pelo Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Desenvolvimento da (UNIJUI)

<sup>2</sup> Mestranda em Desenvolvimento – Bolsista da Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (UNIJUI). neidecunhabio@gmail.com

<sup>3</sup> Profa Dra do Departamento de Estudos Agrários e do Mestrado em Desenvolvimento da UNIJUI.sandravf@unijui.edu.br

<sup>4</sup> Mestre em Educação pela Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (UNIJUI). editesabbi@gmail.com

<sup>5</sup> Profa Dra do Departamento de Estudos Agrários da Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (UNIJUI) lisandre.oliveira@unijui.edu.br

### Introdução

“A crise ambiental não é crise ecológica, mas crise da razão” enuncia Leff, (2001, p. 204), então, os problemas ambientais são fundamentalmente, problemas do conhecimento. A educação ambiental é o caminho para acessar o conhecimento necessário à compreensão do nosso tempo. Aprender a complexidade ambiental não constitui um problema de aprendizagem do meio, e sim de compreensão do conhecimento sobre o meio. Lima (1999) observa que as propostas educacionais para o meio ambiente enfatizam os aspectos técnicos e biológicos da educação e da questão ambiental, em detrimento de suas dimensões políticas e éticas. Considera essa uma compreensão redutora e equivocada do problema que merece ser debatida e explicitada, já que se reflete na formação e na ação dos indivíduos e grupos envolvidos com o tema e, por extensão, com toda a realidade socioambiental. Tanto a educação quanto a questão ambiental, apesar das múltiplas dimensões que envolvem são, questões essencialmente políticas, que comportam visões de mundo e interesses diversificados. Uma reflexão acerca dos principais pressupostos da educação ambiental, capaz de fazer frente a desafios tão complexos como desenvolvimento sustentável, no contexto do ensino superior, é o objetivo do presente trabalho.

### Metodologia

O método de abordagem utilizado para pesquisa é qualitativo tendo como procedimento técnico a pesquisa exploratória de cunho bibliográfico do tema.

### Resultados e discussão

A crescente complexidade e o agravamento dos problemas socioambientais, gerados pelo triunfo da racionalidade econômica e da razão tecnológica que a sustenta, levaram a necessidade de reorientar os processos de produção e aplicação de conhecimentos, assim como de habilidades profissionais,





**Modalidade do trabalho:** Ensaio teórico

**Evento:** XVIII Jornada de Pesquisa

para conduzir um processo de transição para um desenvolvimento sustentável (LEFF, 2001). A sustentabilidade é talvez um dos conceitos mais complexos com que nos deparamos na atualidade, é o tema de nosso tempo. O princípio da sustentabilidade representa a marca de um limite e o sinal que reorienta o processo civilizatório da humanidade.

O saber ambiental necessário à compreensão do mundo contemporâneo requer uma reflexão sobre sua construção social, na qual convergem os tempos históricos e a evolução biológica, social, cultural e econômica. Conforme Leff (2001, p. 9), “é a confluência de processos físicos, biológicos e simbólicos reconduzidos pela intervenção do homem – da economia, da ciência e da tecnologia – para uma nova ordem geofísica, da vida e da cultura”.

O educar para a sustentabilidade exige um mergulho em todos os campos do saber humano. Nascimento (2012) alerta para a questão da sustentabilidade que coloca no centro do debate interesses de natureza geral e não aqueles específicos de grupos ou classes sociais, fato este que tira a assimetria de poder no âmbito da sociedade.

A crise ambiental, ou melhor, socioambiental, veio questionar a racionalidade e os paradigmas teóricos que impulsionaram e legitimaram o crescimento econômico ignorando tanto os limites ambientais, quanto as disparidades sociais. Foladori (2001), faz uma crítica às abordagens tradicionais de educação ambiental em que há um predomínio de uma visão ecologista, incorporando-se conceitos básicos de ecologia e técnicas de avaliação e controle de impactos. “Menores tem sido os esforços por ambientalizar as ciências sociais e por incorporá-las à produção de um saber ambiental e dos conhecimentos necessários para construir uma racionalidade ambiental” (LEFF, 2001 p. 204).

Foladori (2001) exemplifica reposicionando os aspectos ecológicos à dimensão social, partindo do pressuposto que para qualquer espécie, a relação com o seu meio ambiente é basicamente a que ela estabelece em bloco com o meio abiótico e com o resto das espécies vivas, como uma interdependência dinâmica, diferentemente do que ocorre com a espécie humana. Uma sociedade humana não estabelece relações com seu entorno na forma de bloco, e sim em grupos e classes sociais, e de maneira desigual. Os seres humanos pelo contrário, acumulam informação extra corporal em instrumentos, utensílios, espaços construídos, etc. Mas esta acumulação não é da sociedade como um todo, mas de cada classe social que transmite às gerações seguintes aquilo que conseguiu.

Para a espécie humana, então, o ambiente não é só a inter-relação com o meio abiótico e os demais seres vivos, como acontece com as outras espécies. Existem ambientes diferentes para cada classe social, constituídos em primeiro lugar pelas restrições impostas pelas outras classes sociais da mesma espécie humana: só a partir destes condicionantes é que se estabelecem os relacionamentos com os outros seres vivos e o material abiótico (FOLADORI, 2001, p.118). No mesmo sentido, Acselrad (1992) aponta que o debate sobre sustentabilidade tem se pautado predominantemente pelo recurso a categorizações socialmente vazias, não contemplando a diversidade social e as contradições que perpassam a sociedade quando está em jogo a legitimidade de diferentes modalidades de apropriação dos recursos. Os diagnósticos e as definições têm se situado no campo





**Modalidade do trabalho:** Ensaio teórico

**Evento:** XVIII Jornada de Pesquisa

técnico, desvinculados da dinâmica da sociedade e, conseqüentemente, dos conflitos socioambientais subjacentes.

Cabe aqui uma breve análise do conceito amplamente difundido de DS pelo Relatório Brundtland (1987): “desenvolvimento sustentável é aquele que se propõe a satisfazer as necessidades presentes sem comprometer a satisfação das necessidades das gerações futuras”. Existem dois elementos centrais nesta definição: a garantia para as futuras gerações de um mundo físico-material e de seres vivos igual ou melhor ao que existe atualmente; e, um desenvolvimento com equidade para as presentes gerações. A distinção entre ambos é de fundamental importância. A crítica feita por Foladori (2001) reside no fato de que este corte intergeracional abdica de perceber a diversidade social no interior do futuro e do próprio presente. A garantia de um mundo natural para as futuras gerações se refere, explicitamente, às relações técnicas, já que se considera a sociedade futura como uma unidade - uma sociedade futura e, portanto, desconhecida - que se relaciona com seu meio ambiente. No segundo caso, se trata diretamente de relações sociais, o que obriga a pensar a sociedade humana a partir de suas diferenças sociais internas. Este conclui que não se pode pensar a equidade quando se analisa a sociedade como uma unidade, da mesma forma que não se pode medir a equidade utilizando meios que ocultam, precisamente, os diferenciais sociais.

A complexidade das relações entre homem e natureza leva à obrigatória análise transdisciplinar. Para refletir acerca do saber, é necessário conhecer e entender o processo em que se encontra a problemática enunciada em determinada situação. Dar um caráter operacional a uma proposta de ensino para a sustentabilidade é certamente desafiador. Dowbor (2003) chama a atenção para o fato singular de que pela primeira vez a educação se defronta com a possibilidade de influir de forma determinante sobre o desenvolvimento da responsabilidade do homem em relação às questões ambientais. Promover debates sobre Educação Ambiental de forma interdisciplinar é fundamental, pois a interdisciplinaridade constrói o pensar, mediada pelo diálogo, partindo das visões particulares confrontadas no coletivo. O compartilhar destas experiências é uma força propulsora que pode impulsionar professores e alunos na busca de soluções por eles problematizadas. Nesse processo não existem aprendizes nem ensinantes, mas vivências e desempenhos; é preciso envolver-se. A responsabilidade é individual e de todos.

### Conclusão

Constata-se que o predomínio da tônica técnico e naturalizante na educação ambiental, em detrimento dos aspectos éticos e políticos exigem um repensar e um reposicionamento na ação dos indivíduos e grupos envolvidos com o tema e, por extensão, com toda a realidade socioambiental. É fundamental superar uma educação de caráter essencialmente técnico, fruto de uma visão de mundo cientificista e unidimensional, se almejamos educar para a sustentabilidade.

Palavras-chave: Educação Ambiental, Desenvolvimento Sustentável, Complexidade.

### Referências Bibliográficas

ACSELRAD, H. Meio ambiente e democracia. Rio de Janeiro, IBASE, 1992.





# SALÃO DO CONHECIMENTO

UNIJUÍ 2013  
Ciência • Saúde • Esporte



**Modalidade do trabalho:** Ensaio teórico

**Evento:** XVIII Jornada de Pesquisa

DOWBOR, L. A reprodução social. São Paulo, Vozes, 2003. vol II, 206 p. Disponível em : <http://dowbor.org/principais-livros>. Acesso em 21 ago 2012.

FOLADORI, G. O capitalismo e a crise ambiental. Outubro: Revista do Instituto de Estudos Socialistas. São Paulo, n. 5, 2001. p. 117-126.

LEFF, Enrique. Epistemologia ambiental. São Paulo: Cortez, 2001.

LIMA, Gustavo Ferreira da Costa. "Questão ambiental e educação: contribuições para o debate". Ambiente & Sociedade, NEPAM/UNICAMP, Campinas, ano II, nº 5, 135-153, 1999.

NASCIMENTO, E. P. Trajetória da sustentabilidade: do ambiental ao social, do social ao econômico. Estudos avançados 26 (74), 2012

